

EDITORIAL

Nesta edição traz-se a lume o 34º número da Revista de Desenvolvimento Econômico contendo 15 artigos, numa pauta múltipla que contempla uma temática vinculada às questões urbana e regionais.

A RDE incorpora dois novos colaboradores ao seu Conselho Editorial, num estreitamento das relações entre a Unifacs-Laureate e as Universidades Portuguesas do *Minho* e *Nova de Lisboa* com as quais já trabalha na orientação consorciada de pós-doutorados e doutorados. Traz agora o concurso dos professores doutores *José Cadima Ribeiro* – que é Doutor em Ciências Económicas e Empresariais (especialidade de Desenvolvimento Económico e Social e Economia Pública) pela Universidade do Minho, desde Julho de 1989; e Professor Catedrático de Nomeação Definitiva do Departamento de Economia da Escola de Economia e Gestão (EEG) da Universidade do Minho (UMinho), desde 18 de Fevereiro de 1999; o outro colaborador é o professor doutor *Luis Miguel de Almeida Chaves* que possui mestrado em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais Univ. Lisboa(1996) e doutorado em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa (2007). Atualmente é Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa, Membro de corpo editorial da *Forum Sociológico*, Revisor de periódico da *Forum Sociológico*, Revisor de periódico da *Análise Social* e do Instituto de Ciências Sociais Univ. Lisboa. O primeiro texto da pauta discute *a expansão nucleoeletrica brasileira*. O trabalho conclui afirmando que “a construção de usinas nucleares pode ser estratégica para viabilizar o Programa Nuclear como um todo, com consequências económicas na ampliação do mercado interno de produtos, do trabalho e de capitais, mas só será benéfico para o país se forem utilizadas tecnologias autóctones para não incorrer no risco de dependência tecnológica. Cabe refletir, por último, se a expansão da produção nucleoeletrica, nos moldes previstos atualmente, é uma necessidade da sociedade civil brasileira ou está a serviço dos interesses do grande capital.” Segue o relatório sobre *O desafio da inovação tecnológica dentro da universidade*. Partindo dos dados referentes à pesquisa, desenvolvimento e inovação no país nos últimos dez anos, o trabalho questiona se as recentes mudanças no marco regulatório da matéria serão suficientes para aumentar a transferência de tecnologia

entre universidade e empresa no Brasil. O terceiro texto tratou da *Formação do Capital Humano e o desenvolvimento da Bahia no século XX*. Concluiu que a formação do capital humano está associada ao desenvolvimento regional e que, no caso da Bahia, por motivos diversos, principalmente históricos, esse desenvolvimento não aconteceu como deveria. Desta maneira, os grandes agentes econômicos atuantes no estado precisam lidar com maiores custos dos programas de formação de capital humano, assim como atrasos no início de operações. Em seguida, ainda examinando os percalços do desenvolvimento baiano, analisou-se no quarto texto o *padrão de especialização das exportações da Bahia (1999-2014)*. Os resultados indicaram que o estado apresentou uma pauta de exportação pouco diversificada. Com isso, é possível constatar que o padrão das exportações é baseado prioritariamente em produtos intensivos em recursos naturais e produtos da indústria de transformação tradicional, os quais são pouco capazes de gerar vantagens comparativas dinâmicas, ou seja, baseados em inovações tecnológicas. No quinto texto, que estuda o *Rio São Francisco e o desenvolvimento econômico de municípios mineiros localizados em sua bacia* e observando-se que a teoria dos polos de crescimento destaca o papel das atividades motrizes no desenvolvimento regional, procurou-se identificar os setores econômicos motrizes de alguns municípios mineiros localizados na bacia hidrográfica do São Francisco e avaliar se essas atividades estão relacionadas ao rio. Dos seis municípios estudados, Montes Claros é o que possui a base de exportação mais diversificada (15 setores com $QL > 1$); Januária, por outro lado, tem uma economia mais dependente de poucos setores dinâmicos (apenas 5 apresentaram $QL > 1$). Bom Despacho apresentou o maior multiplicador de emprego básico (11,3). No outro extremo, Morada Nova de Minas tem um multiplicar igual a 4,03.

Conclui-se, portanto, que a presença de um importante recurso natural como o rio São Francisco é fundamental para o desenvolvimento da base de exportação e de atividades que atendem às demandas locais nos municípios mineiros localizados em suas margens.

Os resultados dos esforços de promoção do desenvolvimento regional imbricam-se no mercado com questões relacionadas com o financiamento da produção que acaba por remeter a questão ao mercado de capitais. Disto é que se trata nos *Índices de Bolsas de Valores: uma revisão teórico quantitativa das*

metodologias de construção de índices do mercado acionário. Situações como caso do Ibovespa no ano de 2013, apresentado no início deste trabalho, ilustram bem o impacto que uma diferente consideração na elaboração de um índice pode ter tanto sobre o que se vê como sendo a realidade de um mercado, quanto sobre o que ele pode vir a se tornar. Critérios de elegibilidade de papéis que não sejam cuidadosamente avaliados podem deixar o índice vulnerável a ponto de não mais sinalizar o mercado como deveria. Conseqüentemente o mercado a que ele se refere passa a sentir os reflexos da desconfiança dos agentes que nele investem.

Os estudos dos Arranjos Produtivos Locais (APL), objeto do sétimo texto desta edição, têm mostrado que um mecanismo de análise regional bastante difundido por alguns organismos regionais não expressam situações economicamente desejáveis e não podem ser apresentados com rótulos milagrosos de uma nova teoria promissora para o desenvolvimento regional. Uma coisa é ser e outra é a se desejar que seja. Intermediam-se distâncias bem longas que acabam por desacreditar os esquemas teóricos. Isto é o que se vê no texto denominado *Arranjo Produtivo Local (APL): a experiência no território do sisal na Bahia*. O oitavo texto trata do *Planejamento regional e participação social: a experiência do Plano Plurianual da Bahia (2007-2014)* e afirma que: “a participação social na Bahia não se estabeleceu como um elemento central na definição das políticas públicas que integram o planejamento do governo, assumindo meramente um papel consultivo”. E acrescenta: “o processo demandará um posicionamento claro do governo quanto aos objetivos e papel da participação social como também uma reação dos segmentos da sociedade civil no sentido de se posicionar frente aos obstáculos e provocar o debate para que o processo tenha os aperfeiçoamentos necessários, buscando alternativas e parcerias para o fortalecimento da sua atuação e reivindicar do governo as iniciativas que lhe cabem, pois o papel reivindicatório é determinante para as conquistas dos direitos em todas as suas dimensões.” O nono texto introduz uma abordagem histórica tratando *da influência da economia cafeeira no processo de industrialização do Brasil na República Velha*. Conclui afirmando que os resultados apontaram para a importância econômica gerada pelo café no processo de formação de desenvolvimento da economia brasileira para a qual igualmente contribuiu, mas, também atrasou a industrialização do país. O décimo texto também recorre a história, só que mais recente. Faz uma análise de duas *décadas de*

estabilização monetária, da política fiscal e da dinâmica da dívida líquida do setor público no Plano Real para concluir que houve, entre o período de 1995 a 2006, um esforço no sentido de estabilizar os indicadores fiscais, aumentando paulatinamente o superávit primário e restringindo a DLSP/PIB. Decerto este movimento representou um papel relevante para a uma maior estabilidade fiscal e financeira da economia brasileira, mas, em contrapartida, isto pode ter contribuído para uma contenção do crescimento econômico o qual poderia ter apresentado magnitudes mais elevadas ao longo do período, além de estruturar um formato de arrecadação de receitas públicas que viabilizasse para a economia brasileira uma menor fragilidade em relação ao cenário econômico global. O décimo primeiro texto apresentou uma avaliação da competitividade das exportações de melão baseado nos dois estados que mais se destacam na sua produção e exportação (Ceará e Rio Grande do Norte). Com base no modelo de Vantagem Comparativa Revelada de Vollrath que ressalta qual estado apresenta vantagem comparativa para o produto em questão no quadro das exportações de 1997-2014. Os resultados dessa análise mostraram que houve um crescimento nas exportações de melão nos dois estados, Rio Grande do Norte ao longo do período apresentou maior variação na produção e por isso cedeu a liderança para o estado do Ceará. Em termos de competitividade o Ceará mostrou-se mais competitivo e apresentou um crescimento em escala nas exportações de melão. O décimo segundo texto fala da *criação de emprego formal em um contexto de implantação de agenda do trabalho decente: uma análise para os territórios de identidade baianos*. Concluem que: “as transformações ocorridas na estrutura econômica baiana, ao longo do período 2000-2010, sugeriam que o setor que apresentou a maior mudança estrutural (terciário) seria aquele no qual se manifestariam maiores oportunidades de absorção de mão de obra. Neste particular, e segundo a tipologia adotada pelo CAGED/MTE, estariam inseridas as atividades do Comércio, de Serviços e da Administração pública. Segundo a evolução da geração de emprego por setor de atividade nos territórios, 67,0% ocorreram no terciário e 30,3% no secundário, os mesmos que apresentaram os maiores índices de mudança estrutural.

Em termos espaciais, grande parte do contingente de empregos gerados se deu em um número reduzido de municípios. Segundo as informações obtidas, apenas 27 de um total de 417 municípios baianos congregaram 62,6% dos

empregos, e os Territórios de Identidade responsáveis por 60,2% dos postos de trabalho foram o Metropolitana de Salvador e o Portal do Sertão, nos quais os municípios de Salvador e Feira de Santana, as duas maiores cidades da Bahia, se destacam. Por mais que um conjunto de investimentos tenha sido implementado na Bahia, e em razão de sua existência a demanda de trabalho tenha se elevado, nem todos os territórios foram por eles alcançados.

Esta excessiva concentração de empregos gerados reflete a grande desigualdade de oportunidades de inserção laboral do trabalhador baiano em relações de maior qualidade. De maneira geral, o maior volume de ingressantes nos postos de trabalho tinha 18 a 24 anos, ensino médio completo, percebendo salários entre 0,51 e 1,5 salário mínimo e em empresas localizadas no Território de Identidade Metropolitano de Salvador. Tendo em vista estas características, os trabalhadores que destoam, seja quanto atributos pessoais, de residência ou de retorno esperado (faixa salarial), são elegíveis apenas às relações precárias, tendo na informalidade sua porta de entrada no mercado de trabalho. Não é por outro motivo que, segundo dados censitários, em 2010 havia mais da metade das relações de trabalho caracterizadas como informais na Bahia. Portanto, se há, ou se pretende que haja uma agenda de Estado que tencione minorar a desigualdade regional e pessoal de oportunidades do trabalhador baiano, proposta esta que se identifica com os pressupostos da Agenda do Trabalho Decente que foi proposta para a Bahia, esta investigação oferece elementos que permitam aos formuladores de políticas públicas um olhar menos conjuntural e mais estrutural, mesmo que seu propósito tenha sido observar a evolução na primeira década do presente século. O décimo terceiro texto trata das *agroindústrias familiares no Sul do Brasil: o território na perspectiva do desenvolvimento*. Concluem que o desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território. Tendo em vista os processos de reestruturação capitalista e o aumento da vulnerabilidade social e econômica, diversas iniciativas tem se voltado ao incremento da diversificação produtiva no âmbito da agricultura familiar. A constituição de agroindústrias familiares pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos promovido pela agricultura familiar, em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. De um produto conservado para a subsistência da família rural, o produto colonial processado passa a ser visto pelos

agricultores como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar. A continuidade da trajetória da agroindústria familiar dependerá da capacidade do território em responder ao desafio de manter e aprimorar esta forma de organização e, ao mesmo tempo, fortalecer a inserção regional em novas cadeias produtivas. O décimo quarto texto trata de umas *notas sobre a desconcentração regional da Indústria de Construção Naval Brasileira no princípio do século XXI*. Quando se fala em desconcentração regional observa-se a abertura de novos estaleiros em estados onde não existia plantas navais, além de investimentos e renovação em novos locais. A produção dessa indústria sempre foi muito concentrada no Sudeste, em especial no estado do Rio de Janeiro, berço do setor, historicamente detentor das principais estaleiros e substancialmente importante do conjunto dos indicadores de produção e emprego. Embora a descentralização regional, tenha vindo com a desconcentração da produção para novos estaleiros no país, o artigo mostra que o estado do Rio de Janeiro continua ainda como o principal núcleo da indústria naval nacional, devido ao seu conjunto de estaleiros e *expertise* consolidados ao longo das décadas do século XX. O décimo quinto e último texto trata do *Petróleo e desenvolvimento regional: o Rio de Janeiro no pós-boom das commodities*. O artigo discute a importância da indústria de petróleo para a economia do estado do Rio de Janeiro e municípios produtores. Através de dados, mostra o papel que o boom das commodities teve sobre a dinâmica econômica fluminense. Por fim, apresenta questões sobre a dinâmica urbana e econômica estadual após o fim do boom das commodities.

Tenham uma boa leitura

Salvador, agosto de 2016

Prof.Dr. Noelio D. Spinola
Editor